

CASAMENTOS PREMATUROS: Valorizar o saber local

Sexta, 16 Outubro 2015 00:00



Celebrou-se a 11 de Outubro o Dia Internacional da Rapariga.

Em Moçambique a data foi marcada reflectindo-se sobre o respeito dos direitos humanos desta camada social na sociedade moçambicana, onde ainda se assistem situações de meninas que contraem matrimónio antes da idade mínima recomendada por Lei que é de 18 ou 16 anos (com a permissão dos pais), contra todas as consequências que daí advém.

Casadas, a experiência mostra que a menina engravida, abandona a escola para cuidar do lar, contrai ou desenvolve doenças como a fístula obstétrica ou até mesmo morre durante a maternidade. Há relatos de raparigas vítimas de quase todo o tipo de violência (física, sexual, psicológica).

Estatísticas revelam que a prevalência dos casamentos prematuros continua bastante elevada, apesar de uma tendência de redução a longo prazo, especialmente antes da idade de 15 anos. A proporção de mulheres casadas até aos 18 anos caiu de 56,6 por cento em 1997 para 48,2 por cento, em 2011.

Dada esta situação, o “Notícias” colheu diversas opiniões sobre o que se pode fazer para reduzir cada vez mais a prevalência dos casamentos prematuros no seio das comunidades. As respostas foram simples: abordar a questão dos casamentos prematuros sem apontar dedos aos que praticam e, acima de tudo, **valorizar o saber tradicional**.

Alguns dos nossos entrevistados sustentam que o Governo e a sociedade civil deveriam dar o poder aos líderes comunitários, tradicionais, religiosos para que sejam eles a fazer chegar a mensagem aos demais membros da sociedade sobre a necessidade de não se casar a menina antes de completarem os 18 anos para que ela possa estudar e contribuir ainda mais para o desenvolvimento do país.

“Os casamentos prematuros representam o modo de viver e estar das nossas comunidades. Então se é um aspecto da nossa cultura tem que se trabalhar ao nível do processo de socialização e em particular com os agentes de socialização (pais, líderes comunitários, religiosos, tradicionais, família, etc.) porque esses é que exercem um papel forte naquilo que é a construção da estrutura e personalidade dos indivíduos que posteriormente virão a ser agentes de casamentos prematuros”, sublinhou Firmino Gonçalves falando momentos depois de participar de uma

mesa redonda onde se discutiu a questão dos direitos da rapariga e, em particular, a problemática dos casamentos prematuros.

Firmino Gonçalves acredita que a redução dos casamentos prematuros não possa apenas por tornar a prática um crime e explica porquê: “Estamos a falar de um mosaico cultural e se concebermos isso como crime, estamos a conceber que certas culturas que fazem parte da nossa sociedade são inferiores que as outras. Há a necessidade de se usar meios pacíficos e não o poder de Estado para impor porque isso pode provocar uma ruptura no processo de unidade nacional e na construção da nação moçambicana”.

O evento, que teve lugar esta semana, na cidade de Maputo, foi organizado pela Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento (P&D Factor Moçambique) que se apresentou pela primeira vez a sociedade moçambicana.



CORRIGIR O PROBLEMA A NÍVEL DA BASE

Falar de casamentos prematuros em fóruns fechados e sem envolver as comunidades na sua base, pode não dar resultados de que se deseja, entende a professora Paula Lemos Amizade.

“Estamos a falar de assuntos que não conhecemos na sua profundidade. A visada que é a rapariga ou jovens e adolescentes, não tem informações directas e precisas sobre as consequências de um casamento prematuro. A informação que a rapariga tem tido na comunidade é de ela quando crescer deve ir ao lar, isto é, tem que casar. Então, ela cresce com essa mentalidade e a primeira oportunidade que lhe aparece de ir ao lar é de louvar. Ela sente-se uma mulher privilegiada e ímpar e tem de assegurar a oportunidade com as duas mãos”, referiu, acrescentando que “olho para isso como algo que tem de ser corrigido na base”.

Salientou ainda que é importante explicar e informar as comunidades que casar como tal não é mau, mas que se deve olhar a idade do casamento porque “realmente uma menina de 12, 13 anos não está preparada para gerir mais ninguém, muito menos um marido e uma criança.”

Incutir nas comunidades o valor da escola com base em evidências e factos pode ser outra forma de estimular as famílias a dar prioridade à educação formal das raparigas. “É preciso que as pessoas formadas naquela comunidade demonstrem e provém como beneficiárias de terem ido à escola”, disse, acrescentando também ser relevante que as questões tradicionais como casamentos prematuros sejam abordadas logo nas classes iniciais e que devem constar dos livros escolares.

Uma outra participante do encontro lamentou o facto de muitos jovens dos distritos quando terminam a sua formação na cidade não regressam às zonas de origem para servirem de espelho para que os outros meninos vejam os frutos da escola.

“Nas comunidades, as crianças têm como referência o professor e o enfermeiro. Não têm noção do que é uma universidade. Se os nossos engenheiros, por exemplo, voltassem às comunidades e construíssem casas melhoradas, nem que seja com material local, acredito que as crianças poderiam sonhar em um dia virem a ser engenheiros”, disse a participante.



RESPEITAR AS DIFERENÇAS CULTURAIS

Respeitar as diferenças culturais é o que Floripes Langa, estudante do Instituto Superior das Relações Internacionais sugere como ponto de partida para a redução dos casamentos prematuros no seio dos moçambicanos.

“Para mudar esse cenário, primeiro têm de ser formadas pessoas que vão lidar com as comunidades que optam pelo casamento prematuro, mas deve-lhes ser inculcado que existe o relativismo cultural, que consiste em não aceitar uma cultura como superior a outra, mas sim aceitar todas elas, respeitar a todas elas”, referiu, adicionando que “Se uma pessoa vai tratar de um determinado assunto numa comunidade em que por exemplo, respeitam muito a questão dos ritos de iniciação e chegar lá já lançado pedras nesta questão de ritos de iniciação, a possibilidade de ser escutada é pequena porque se alguém não gosta de mim, não gosta daquilo que eu faço como chope e vem me ensinar só os seus valores, é muito mais fácil eu tapar os meus ouvidos, não ouvir o que essa pessoa tem para me dizer porque essa pessoa não me respeita”.

A estudante fez menção de ser importante que as pessoas saibam como fazer chegar a informação às comunidades e, para ela, a melhor opção é o diálogo.

Sugeriu aP&D Factor Moçambique a montar estruturas fixas nas comunidades para que sirvam de agentes mobilizadores e motivadores das boas práticas na sociedade.

Aliás, um dos propósitos da P&D Factor Moçambique, segundo Iris Maria de Brito, presidente do Conselho de Direcção da agremiação, é de desenvolver já no próximo ano um programa de inovação social para formação de jovens líderes e empreendedores, capacitá-los para fazer a advocacia em matérias de direitos humanos e saúde sexual e reprodutiva.



ACÇÕES PARA ERRADICAR A PRÁTICA

Várias acções estão sendo desenvolvidas pelo Governo, sociedade civil para erradicar os casamentos prematuros na sociedade moçambicana, entre as quais campanhas de sensibilização e elaboração de uma estratégia nacional de combate à prática, segundo deu a conhecer Francisca Sales do Ministério do Género, Criança e Acção social, falando esta semana numa mesa redonda que tinha como objectivo reflectir sobre os direitos da rapariga.

Explicou que, o plano está composto por seis eixos estratégicos, a destacar a comunicação e mobilização social para a mudança de comportamento, o acesso e retenção da rapariga na escola, empoderamento, saúde sexual e reprodutiva, quadro legal incluindo a questão da comunicação intersectorial.

Para dar corpo as actividades que vem sendo levadas a cabo a nível nacional e internacional, a sociedade civil moçambicana, através da Coligação para a Eliminação dos Casamentos Prematuros, lançou esta quarta-feira uma campanha denominada "Quando for Grande, quero ser..." e "Eu Digo Não ao Casamento Prematuro".

Inserida no âmbito das festividades do Dia Internacional da Rapariga, a campanha, segundo Abílio Francisco, visa convidar a menina a reflectir sobre o seu futuro.

